



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

ATA N.º 01/2022
COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA
REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022, ÀS 14H

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, às catorze horas, por meio de videoconferência, reuniram-se, sob a Presidência da Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão Participativa, Desembargadora Tania Bizarro Quirino de Moraes, Vice-Presidente Administrativa; os Desembargadores membros do Comitê: Desembargador Nelson Bueno do Prado; a Coordenadora do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, Desembargadora Sueli Tomé da Ponte; os(as) Magistrados(as) representantes do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, Paula Becker Montibeller Job e Carlos Abner de Oliveira Rodrigues Filho; os Juízes membros do Comitê; os(as) Servidores(as) membros do Comitê: Oswaldo José Costa da Silva Leme, da Secretaria-Geral da Presidência; Maria Inês Ebert Gatti, da Secretaria da Vice-Presidência Administrativa; Rômulo Borges Araujo, Diretor-Geral da Administração; Marcio Nisi Gonçalves, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações; Hélcio Nalon Alves, Diretor da Secretaria de Segurança Institucional; Denize Mota, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas; Renata Aparecida Cursino Pires, Diretora da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira; Narjara Jacó da Silva e Silva, Diretora da Secretaria de Saúde; Aquiles José Malvezzi, Diretor da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações; Claudia Polachini Kayatt, Diretora da Secretaria da Ouvidoria; Márcio Vinícius Gimenes Milan, Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos e sua equipe: Patrícia Andrade Castro Carvalho, Gabriela Madalena Milagres Coleti; Filipe Gioielli Mafalda, Filipe Vieira de Lima, Daniela Vilaça Castagna, Erika Rodrigues Magalhães Lacerda, Marcus André dos Santos Marques de Abrantes; Milena Cavalcante Braga e Antônio Carlos Galon de Queiroz; Gustavo Miranda da Silva, Diretor da Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores; Ricardo Alex Serra Viana, Diretor da Coordenadoria de Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC; Aline Maria de Castro Silva, Diretora da Secretaria de Comunicação Social; Gabriel Pio de Paula,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Diretor da Coordenadoria de Serviços Integrados à Promoção da Qualidade de Vida; Maria da Graça Navarro e Luiz Antônio Loureiro Travain, Diretores do NUPEMEC-JT2 e demais servidores: Maria Hortência Corrêa Ferreira, da Vice-Presidência Judicial; Leila Dantas Pereira, Diretora da Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental; Luis Carlos de Paula Reseck, Diretor da Coordenadoria de Planejamento e Apoio Administrativo; Camila Almeida Neves de Carvalho, servidora da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações; Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho e Claudia Dantas de Almeida Moniak, da Seção de Acessibilidade e Inclusão; Fernanda Machado Martins, da Seção de Gestão Socioambiental, com a finalidade de discutir questões relacionadas ao Planejamento Estratégico Institucional. O Desembargador Valdir Florindo e o Desembargador Mauro Vignotto justificaram suas ausências.

A Desembargadora Tania iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e todas. Em seguida, passou a palavra para o Diretor Márcio Milan, que apresentou brevemente a pauta da reunião:

1. Resultados dos indicadores do PEI 2021-2026;
2. Propostas de alterações do PEI 2021-2026;
3. Proposta da nova Cadeia de Valor Institucional;
4. Monitoramento do Processo de Gestão de Riscos;
5. Andamento dos Projetos Nacionais e Institucionais;
6. Atualizações do Nupemec.

Na sequência, deu a palavra ao Diretor Gustavo para a exposição dos itens 1 e 2 da pauta - *Resultados dos Indicadores e propostas de alterações do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026*.

O Diretor Gustavo cumprimentou os participantes e explanou a respeito dos indicadores do PEI referente ao primeiro trimestre de 2022, conforme segue:

IS-JT: Índice de Satisfação - Calcula o nível de satisfação dos usuários de serviços prestados pelo TRT-2. O Diretor afirmou que, em 2021, o Tribunal superou a meta estabelecida com percentual de 87,5% de cumprimento, esclarecendo que todos os



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

atendimentos realizados são avaliados. Sugeriu a alteração da periodicidade de bianual para anual para melhor acompanhamento do indicador, o que foi aprovado pelo Comitê.

		2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
Meta			85,0%	86,0%	87,0%	88,0%	89,0%	90,0%
Realizado			91,3%					

IIA2030: Índice de integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário - Calcula a aderência do TRT-2 ao plano de ação estabelecido. O Diretor informou que este Regional, em 2021, executou integralmente o Plano de Ação estabelecido e apresentado ao Conselho Nacional de Justiça, cumprindo a meta com o percentual de 100%. Gustavo esclareceu que se trata de um indicador com direcionamento nacional e que, em 2022, o seu escopo foi alterado para estimular a inovação. Destacou que o TRT-2 aderiu ao Plano Nacional, que estão sendo realizadas reuniões de acompanhamento com o CSJT e que os trabalhos iniciaram no mês de abril.

IAM-PLS: Índice de alcance das metas do PLS - Mede o percentual de indicadores do PLS que alcançaram suas metas em relação ao total de indicadores, com meta definida, medidos no período. Gustavo informou que, em 2021, o Tribunal atingiu 72,0% de cumprimento da meta. Ressaltou que no início de 2022 o PLS passou por uma reestruturação, que houve a designação de novos membros da Comissão Gestora e que não foi possível apresentar o resultado atual deste indicador.

		2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta		70,0%	75,0%	80,0%	85,0%	90,0%	95,0%	100,0%
Realizado		81,0%	72,0%					

IPJ: Índice de Processos Julgados - Meta Nacional 1 - Mede o percentual de processos julgados em relação ao total de processos distribuídos no 1º e 2º graus. O Diretor Gustavo destacou que, em 2021, o Tribunal atingiu o percentual de 95,5% da meta, ressaltando que a meta não foi alcançada por muito pouco. Pontuou que no 1º trimestre de 2022 o TRT-2 atingiu o percentual de 85,50% de cumprimento da meta.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

	2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Realizado	73,8%	95,50%	85,50%				
			*até 31/03				

IPAJ: Índice de Processos Antigos Julgados - Mede o percentual de processos julgados que foram distribuídos até o ano t-2 em relação ao total de processos distribuídos até o ano t-2, no 1º e 2º graus. O Diretor Gustavo comunicou que, em 2021, o Tribunal atingiu o percentual de 92,70% de cumprimento da meta e que, até o primeiro trimestre de 2022, houve o cumprimento de 85,60% da meta.

	2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%
Realizado	96,0%	92,70%	85,60%				
			*até 31/03				

TCL: Taxa de Congestionamento Líquida - Mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução (retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório), em relação ao total tramitado no período de um ano, no 1º e 2º graus. Gustavo afirmou que este indicador é um grande desafio. Esclareceu que em 2021 atingimos 46,4% da meta e que até o dia 31/03/2022 o Tribunal atingiu 79,03% do cumprimento da meta. O Diretor ressaltou que este indicador necessita de atenção, apesar do atingimento da meta estar mais avançado comparando com o ano passado.

	2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	42,2%	41,2%	40,2%	39,2%	38,2%	37,2%
Realizado	44,2%	46,4%	79,03%				
			*até 31/03				

IdACERVO: Idade do Acervo - Indica o tempo de duração dos casos pendentes de baixa (1º e 2º graus), decorrido entre a data da autuação/recebimento até o último dia do ano-base. O Diretor explanou a respeito do indicador, esclareceu que se trata de uma meta nova e sugeriu a alteração da meta, conforme consta no quadro abaixo:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

		2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
Meta		-	2000	1960	1920	1880	1840	1800
Realizado		2019	2066	2072				
				*até 31/03				

O Diretor informou que, em 2021, o tempo de duração dos casos pendentes de baixa (1º e 2º graus) foi de 2066 dias e que até o dia 31/03/2022 foi de 2072 dias, atingindo o percentual de 94,59% de cumprimento da meta.

Por se tratar de um indicador novo com histórico de acompanhamento ainda recente, o Diretor Gustavo propôs alteração da meta da seguinte forma:

Proposta de meta	Ano	2022	2023	2024	2025
	Dias	1990	1950	1900	1850

Após a explicação, o Comitê aprovou a alteração da meta.

NMGR: Nível de Maturidade Global de Riscos - Avalia o nível de maturidade organizacional em gestão de riscos, com vistas à melhoria do desempenho da organização no cumprimento de sua missão institucional de gerar valor para as partes interessadas com eficiência e eficácia, transparência e *accountability* além de conformidade com leis e regulamentos. O Diretor Gustavo esclareceu que o indicador é novo e que o objetivo era fixar um percentual em 2021 e aumentar 10% até o final do ciclo. No entanto, após a medição referente ao exercício 2021, este Regional atingiu o percentual de 9,6% de cumprimento da meta. O Diretor ponderou a possibilidade desta meta ser revista em uma próxima RAE e sugeriu, de imediato, alteração da meta, conforme segue abaixo:

Proposta de meta	Ano	2022	2023	2024	2025	2026
	Meta (%)	10%	20%	30%	40%	50%

A proposta foi aprovada pelo Comitê.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

IC: Índice de Conciliação - Calcula o percentual de processos que foram solucionados por conciliação. Gustavo apresentou o resultado da meta, conforme quadro abaixo:

		2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
Meta		45,0%	51,0%	52,0%	53,0%	54,0%	55,0%	56,0%
Realizado		54,6%	53,1%	49,0%				
				*até 31/03				

Após, pontuou que o TRT-2 sempre cumpriu esta meta e que este indicador é dos pontos fortes deste Regional, com o alcance de bons resultados mesmo durante a pandemia.

TMTJ: Tempo médio entre o trânsito em julgado do precedente e o transito em julgado do processo em que a tese deveria ser aplicada - Indica o tempo médio entre a publicação do acórdão de mérito do precedente e a decisão do processo em que a tese deveria ser aplicada. Indica o tempo decorrido entre a publicação do acórdão de mérito de um precedente e o julgamento dos respectivos processos suspensos, em relação ao total de processos que estavam sobrestados e foram julgados após julgamento do precedente. O Diretor esclareceu que com o apoio NUGEPNAC a Estatística conseguiu medir o indicador, de acordo com as diretrizes do CNJ. A Diretora Inês pontuou que o processo sobrestado pode afetar o resultado dos Desembargadores, porque eles não estão conseguindo lançar o processo no PJe. Ressaltou ainda que o problema já foi reportado ao Comitê. Por se tratar de um indicador que ainda não havia sido mensurado, o diretor Gustavo trouxe ao Comitê a proposta de meta de 360 dias.

		2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
Meta		-	360	360	360	360	360	360
Realizado		98	143	346				
				*até 31/03				

A proposta foi aprovada pelo Comitê.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

IGG: Índice Integrado de Governança e Gestão - Obtém e sistematiza informações sobre a situação de governança pública e gestão, de maneira a identificar os pontos mais vulneráveis e induzir melhorias nessas áreas. O Diretor afirmou que o índice deve ser calculado tendo como referência a metodologia adotada pelo TCU e que os itens de verificação do iGG são: a) Governança pública – Liderança; b) Governança pública – Estratégia; c) Governança pública – *Accountability*; d) Gestão de pessoas; e) Gestão de tecnologia da informação; f) Gestão de contratações. Ressaltou que a última vez que o TCU mediu este indicador foi em 2018, quando o TRT-2 atingiu o percentual de 42% e que no exercício de 2021 a meta atingiu o percentual de 57,2% de cumprimento. Com periodicidade anual, o indicador será calculado oportunamente.

		2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta		-	45,0%	50,0%	55,0%	60,0%	65,0%	70,0%
Realizado		42%*	57,2%					
		*2018						

ICEC95-JT: Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016 - Acompanha mensalmente o cumprimento do limite de gastos determinado pela EC 95/2016, estabelecendo uma cultura de programação de gastos dentro do exercício financeiro. Gustavo informou que, em 2021, este Regional atingiu o percentual de 99,3% de cumprimento da meta e que, até o dia 31/03/2022, houve o atingimento de 22,4% de cumprimento da meta.

		2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta		-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Realizado		-	99,3%	22,4%				
				*até 31/03				

IRPLGE: Impacto de Restos a Pagar inscritos no limite de gastos para o exercício - Mede o percentual de restos a pagar inscritos em relação ao limite de gastos do TRT-2 para o exercício. Gustavo informou que, em 2020, o TRT-2 atingiu o percentual de 0,6% com 62,5% de cumprimento da meta.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

		2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta		-	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
Realizado		0,6%	0,8%					

IPSMS: Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores - Mede o percentual de magistrados e servidores que realizaram exame periódico de saúde. O Diretor informou que a meta foi alterada para **Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0 (Meta Nacional 10 de 2022)**, esclarecendo que o indicador mede a implementação das ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal. O Diretor pontuou que todas as unidades judiciárias do Tribunal já implementaram o "Juízo 100% Digital" e o "Balcão Virtual", restando a implementação do sistema Codex para o cumprimento integral da meta. O Diretor Gustavo sugeriu o alinhamento da meta ao objetivo 10 - Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados do PEI 2021-2026, o que foi aprovado pelo Comitê.

CLIMA: Clima Organizacional - Calcula o percentual de avaliações positivas recebidas nas pesquisas de clima organizacional em relação ao total de pesquisas respondidas. O Diretor afirmou que o indicador mede o grau de satisfação dos magistrados e servidores em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente da organização, tais como: trabalho em equipe, liderança, conhecimento do Tribunal, motivação, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação. Pontuou que, em 2021, foi realizada pesquisa de Clima Organizacional e que este Regional atingiu o percentual de 96,0% de cumprimento da meta.

		2019(base)	2021	2023	2025
Meta		75,0%	80,0%	82,5%	85,0%
Realizado		80,5%	76,8%		



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

IPJE: Índice de processos judiciais eletrônicos (Meta Nacional 11 de 2021) - Mede o nível de informatização do Tribunal, considerando o total de casos pendentes eletrônicos em relação ao total de casos pendentes (1º e 2º graus). O Diretor Gustavo afirmou que a meta foi alterada para **Promover os Direitos da Criança e do Adolescente**, que calcula a aderência do TRT-2 ao plano de ação estabelecido, visando o combate ao trabalho infantil. O Diretor destacou que o plano de ação está em fase de elaboração.

ICISSBD: Índice de conformidade da integridade e segurança dos sistemas e das bases de dados - Visa garantir a conformidade dos Tribunais da Justiça do Trabalho em relação aos normativos vigentes principalmente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O Diretor Gustavo esclareceu que o índice de adequação será obtido por meio de questionário. A nota final será calculada com base nas respostas de cada questão. Cada questão terá um valor atribuído de 0 a 1. A consolidação das respostas indicará o nível de adequação baseada na seguinte escala: 0,00 a 0,29 - Inicial; 0,30 a 0,49 - Básico; 0,50 a 0,69 - Intermediário; 0,70 a 0,89 - Em Aprimoramento; 0,90 a 1,00 - Aprimorado. Afirmou que o questionário foi aplicado, em 2021, com resultado de 0,38 e atingimento do percentual de 126,7% de cumprimento da meta. Destacou que, até o dia 28/02/2022, o TRT-2 atingiu o resultado de 0,65 com percentual de 130,0% de cumprimento da meta.

		2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta		-	0,30	0,50	0,70	0,80	0,90	1,00
Realizado		-	0,38	0,65				

ISTIC-JT: Índice de satisfação com os sistemas de TIC - Mede o grau de satisfação do atendimento às necessidades dos usuários finais, ou seja, a qualidade percebida por esses usuários quanto à satisfação de suas demandas de sistemas de informação jurídicas e administrativas. Gustavo esclareceu que a Pesquisa de Satisfação junto aos usuários ainda não foi realizada, não sendo possível realizar a medição deste indicador.

O Diretor Gustavo se despediu e passou a palavra para a Coordenadora do Comitê, que parabenizou o trabalho realizado pela Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores e solicitou ao Diretor Márcio Milan o prosseguimento da reunião.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

O Diretor, inicialmente, fez algumas ponderações a respeito da Matriz SWOT Institucional e sugeriu a inclusão da “sustentabilidade” como uma força do Tribunal, esclarecendo que o tema já consta como valor do Tribunal e, com base em um levantamento na gestão de riscos, foi identificada a necessidade desse alinhamento, o que foi aprovado pelo Comitê.

Em seguida, abordou o item 3 da pauta - *Proposta da nova Cadeia de Valor Institucional*, esclarecendo que a imagem apresenta, a partir de uma hierarquia de alto nível, uma visão macro do conjunto de processos de uma organização, contemplando tanto o que ela é, quanto o que estrategicamente ela precisa ser. O Diretor Márcio Milan sugeriu uma nova proposta da Cadeia de Valor do TRT-2, esclarecendo que o trabalho foi fruto de uma capacitação, realizada pela SGEF, para aprimoramento dos trabalhos, com construção colaborativa e representações de diversas áreas do Tribunal. O Diretor explanou a nova estrutura do mapa, pontuando que a sugestão apresentada é mais clara, coerente e que integra e correlaciona as ações. O novo modelo foi aprovado pelo Comitê.

Após, explanou a respeito do item 4 da pauta - *Monitoramento do Processo de Gestão de Riscos*, destacando que o TRT-2 está no 2º Ciclo da Gestão de Riscos Institucional. Informou que a fase de Estabelecimento de Contexto foi concluída em março de 2022 e que a 1ª Etapa - Riscos Negativos está em andamento com previsão de finalização em junho de 2022. A 2ª Etapa - Riscos de Conformidade está planejada para ser concluída em dezembro de 2022 e as 3ª Etapa - Riscos de Integridade e 4ª Etapa - Riscos Positivos ocorrerão em 2023. Destacou que o Projeto Institucional de Implementação da GR na Área Judiciária (1ª e 2ª Instâncias) está em andamento, que se trata de uma etapa mais longa, com muitas informações a serem levantadas e analisadas. Afirmou ainda que a Lei Geral de Proteção de Dados será abordada dentro dos Riscos de Conformidade, por se tratar de demanda normativa, com previsão de início ainda em 2022.

O Diretor pontuou que, quanto aos tratamentos dos riscos, há 326 Planos de Ação (5W2H) e que, após o monitoramento realizado no mês de fevereiro de 2022, foi identificado que 28% dos tratamentos não foram iniciados. Quanto aos Riscos Negativos, informou que há 256 Planos de Ação, 93% sem custos ao TRT-2, o que é considerado um cenário muito positivo. Destacou que cerca de 42% dos tratamentos foram finalizados, sinalizando que



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

houve um avanço, e cerca de 27% não foram iniciados, o que deve ser considerado como um sinal de alerta para os gestores de riscos.

O Diretor Milan pontuou que, quanto aos riscos de conformidade, há 70 Planos de Ação, 77% sem custos para o TRT-2. Salientou que cerca de 31% dos tratamentos foram finalizados e cerca de 34% dos tratamentos não foram iniciados, o que também deve ser considerado como um sinal de alerta para os gestores de riscos. Nesse sentido, reforçou a necessidade da implantação dos tratamentos.

Ato contínuo, o Diretor Márcio Milan apresentou a Matriz de Riscos, comparando o número de riscos por nível de riscos, em relação à RAE anterior. Nesse sentido, pontuou que a quantidade de riscos considerados baixos permaneceu igual, com 43 riscos. Destacou a quantidade de riscos considerados médios passou de 238 para 239. A quantidade de riscos altos passou de 160 para 164 e a de riscos extremos, consideradas situações mais críticas, tivemos uma situação inversa, ou seja, houve uma diminuição dos riscos. Passou de 60 para 56. O Diretor Márcio ressaltou ainda que foram identificados 352 riscos negativos, gerenciados por 825, e 150 riscos de conformidade, gerenciados por 217 controles, totalizando 502 riscos e 1042 controles.

Quanto aos riscos de Integridade, o Diretor Márcio Milan afirmou que, no estabelecimento do rol de riscos de integridade institucionais prioritários, 19 riscos receberam resposta “Mitigar” e salientou que, desde de março de 2022, o Grupo Técnico de Integridade iniciou os trabalhos de discussão e estabelecimento dos tratamentos aos riscos de integridade institucionais prioritários. Salientou a necessidade implantar tratamento, de forma prioritária, de 10 riscos, que são considerados mais críticos.

Quanto aos riscos positivos, o Diretor ressaltou que a matriz de riscos positivos foi aprovada na última RAE, que foi realizada a abordagem institucional dos riscos, indicou que o rol prioritário desses riscos institucionais já foi estabelecido e que os tratamentos aos riscos positivos estão em construção e discussão com as áreas envolvidas.

Ainda sobre a Gestão de Riscos, o Diretor salientou que a Coordenadoria de Governança e Projetos recebeu retornos positivos de outras áreas quanto à atuação da Seção de Riscos de *Compliance* e destacou que, em decorrência da gestão de riscos, as unidades estão realizando melhorias em seu processo de trabalho. Pontuou também o engajamento dos gestores e gestoras de riscos.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

O Diretor Milan destacou que, com a publicação e divulgação do Plano de Integridade do TRT-2, o CSJT convidou esse Regional a participar de um grupo de trabalho nacional para construção da Política de Integridade da Justiça do Trabalho para a normatização do tema na JT.

Ato contínuo, o Diretor Márcio abordou a respeito do Programa de Gestão de *Compliance* no TRT-2, informando que o Grupo Técnico de Integridade foi instituído por meio do Ato GP/VPA 03/2021; que os envolvidos na construção do Programa foram capacitados e que foi realizada a sistematização da ISO 37301:2021 (Sistema de Gestão de *Compliance*) para atualização da Política de Governança e Gestão de Riscos e *Compliance* (Ato GP/VPA 04/2021)

O Diretor pontuou que o alinhamento do Plano de Ação de Integridade aos controles sugeridos pelo TCU está em discussão pelo Grupo Técnico de Integridade e que a execução do Plano de Ação, a sistematização do Programa de *Compliance*, elaboração, aprovação e publicação das políticas acessórias necessárias estão previstas ainda para 2022.

Em seguida, Márcio Milan explanou a respeito do item 5 da pauta *Andamento dos Projetos Nacionais e Institucionais*. Informou que, até o mês de abril de 2022, 55% dos projetos estão no prazo, 9% está a iniciar, 9% em atraso, 9% estão suspensos e 18% foram concluídos. Explicou que o projeto é considerado dentro prazo quando há até 5% de desvio; de 5% a 20% de desvio, o projeto é considerado com pouco atraso. Quando há mais de 20% de desvio, o projeto é considerado em atraso e requer replanejamento, passando a pormenorizar os respectivos status.

Esclareceu que o Projeto CPGP 05/2019 - Implantação do Sistema de Controle de Material e Patrimônio – está com progresso de 87%. Ressaltou que foi iniciada operação paralela; realizada a reavaliação de todos os bens ativos pela Comissão Especial de Reavaliação e que está em andamento os processos de baixas patrimoniais no sistema antigo (doação e desfazimento). Comunicou que o Projeto CPGP 01/2020 - Selo de Excelência do TRT-2 está com progresso de 72%. Afirmou que foi realizada a revisão final de formulário, normas e demais documentações referentes ao Selo Excelência no âmbito do TRT-2; que foi desenvolvido o conteúdo para o Hotsite, visando concentrar informações sobre o projeto em local único, e que a Secom elaborou o plano de comunicação, que já



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

está inclusive sendo executado. Destacou que a avaliação não tem caráter punitivo, mas de reconhecimento do trabalho desenvolvido pela 1ª Instância e que a previsão é que o primeiro ciclo aconteça no segundo semestre do corrente ano. No que se refere ao Projeto CPGP 02/2020 – Migração do Sistema de Licitação e Contratos, comunicou que o projeto está com progresso de 97% e que a Versão 2.0 do sistema foi instalada no ambiente de homologação para testes. Ressaltou que o projeto está com 10 meses de atraso devido aos erros técnicos que dependem de correção pelo TRT desenvolvedor. Esclareceu ainda que o Sistema pode ser compartilhado entre os Tribunais, mas deixou de ser nacional, o que dificulta o prosseguimento do projeto, uma vez que os Tribunais já não possuem o apoio do Conselho para alocação das equipes de trabalho para atendimento das demandas nacionais e que a falta de implantação das funcionalidades críticas impede a utilização do SILC. Quanto ao Projeto CPGP 01/2021 Digitalização de Processos Físicos - Arquivo Provisório, pontuou que o projeto atingiu o progresso de 72%, que continuou a remessa de processos físicos à empresa terceirizada para digitalização (cerca de 98,6% do escopo de autos válidos foi enviado, sendo que 92,7% do total enviado já encontra-se digitalizado) e houve a disponibilização, em ambiente de produção, de aplicação informatizada desenvolvida pela SETIC para inclusão automática de peças digitalizadas de processos no PJe. Afirmou que o CPGP 02/2021 Implantação do Processo de Gestão de Riscos nas Unidades Judiciárias do TRT-2 atingiu o progresso de 27%; que a "Análise SWOT" da área judiciária foi finalizada e que foi realizado benchmarking de riscos na área fim, consultando outros Tribunais. Destacou que foi elaborado documento-base para sistematização das discussões de construção das propostas de abordagem de gestão de riscos a ser adotada.

Em seguida, o Diretor Milan explanou a respeito dos Projetos Institucionais do Plano Diretor de Gestão de Pessoas. Afirmou que o Projeto PDGP 01/2019 Mapeamento, Redesenho e Implementação dos Processos da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) foi finalizado em março/22, que foram identificados mais de 200 processos, além da proposição de melhorias considerando os cenários prioritários e críticos para a implementação pelas próprias unidades. Pontuou que o Projeto PDGP 02/2019 - Implantação da Gestão por Competências está com progresso de 81%, que está em andamento a validação das competências operacionais da área meio e que algumas unidades já foram validadas e a previsão de conclusão das demais é no final do 2º trimestre de 2022. Frisou que o Projeto



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

PDGP 04/2019 - Plena implantação do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEP – depende de um conjunto de soluções nacionais e que está com progresso de 80%. Salientou que 6 dos 12 módulos do sistema foram implantados e que a evolução do projeto pode ser replanejada de acordo com as entregas feitas pelos Tribunais desenvolvedores. No que se refere ao Projeto PDGP 01/2020 – Autoconhecimento e Vivências, informou que o projeto foi concluído e que, em razão da institucionalização da ferramenta Google pelo Tribunal, a ferramenta desenvolvida pela TI perdeu o seu objeto. Destacou que o projeto teve início em abril/2020, que foram realizados 56 encontros, contando com 226 participações. O projeto foi finalizado ao atingir os objetivos definidos e será um programa institucional contínuo com a atuação e condução dos servidores e servidoras voluntários.

O Diretor Márcio afirmou que o Projeto CPGP 03/2020 - Mapeamento, Redesenho e Implantação dos Processos da SCOF foi suspenso temporariamente em razão da inviabilidade de alocação de servidores da SCOF, considerando o volume de demandas mandatórias que estava em execução pela área no final de 2021. Foi acordado que o projeto será retomado e replanejado a partir da implantação do Escritório de Processos do TRT2. Ressaltou ainda que os Projetos CPGP 03/2021, 04/2021 e 05/2021 - Programa de Melhorias nos Processos de Trabalho da Secretaria de Precatórios não foi iniciado em razão da adaptação das ferramentas de gestão de precatórios e que tem previsão de início em maio/2022.

O Diretor apresentou como proposta de projeto a Implantação do Sistema de Gestão de Contratos (SIGEC) na Seção de Controle Administrativo de Terceirização Residente (SCATR), que tem por objetivo substituir parcial ou totalmente o uso de planilhas e alterar rotinas de trabalho, a princípio relacionadas às atividades de Fiscalização Administrativa e Liberação de valores retidos em Conta Vinculada, o que foi aprovado pelo Comitê.

Em seguida, o Diretor Márcio Milan passou a palavra ao Diretor Luiz Travain que abordou a respeito do item 4 da pauta – *Atualizações do NUPEMEC-JT2*. O Diretor Luiz frisou que o TRT-2 instituiu oficialmente o procedimento da Reclamação Pré-processual (RPP) em 1º grau para dissídios individuais, por meio do ATO GP/VPA/CR Nº.1, de 18 de março de 2022. Isso significa que agora as partes poderão, de forma voluntária, optar pela solução de seus conflitos junto ao TRT-2 sem que, para isso, haja um processo judicial em andamento. O Diretor esclareceu que novo procedimento tem o objetivo de viabilizar o



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

diálogo por meio da mediação trabalhista, permitindo o acesso à Justiça de uma forma mais humanizada em 1ª instância. A atuação na esfera pré-processual já existe no 2º grau (Ato GP nº 52/2018). Ressaltou ainda que houve a atualização das atividades internas e interface com público, ampliando o sistema multiportas e garantindo o pleno acesso à justiça, consoante determina a Resolução 288/2021 do CSJT, além de trazer maior humanização nas relações processuais e amplitude no acesso à justiça.

Ato contínuo, o Diretor informou a finalização do Cejusc Covid e destacou a atuação junto a Secom em dois grandes projetos: Gravação de vídeo de abertura de sessões de conciliação e mediação trabalhista e gravação com magistrados de vídeo informativo sobre a RPP, de modo a adequar a dinâmica dos trabalhos e alinhar as atividades entre o público interno e externo.

O Diretor Travain salientou a respeito da elaboração de trabalho conjunto entre magistrados dos Cejuscs/Nupemec-JT2 para composição de diretrizes básicas de atuação, pontuando que tal iniciativa contribui fortemente com a gestão da informação e a missão institucional deste Regional. Informou que os projetos de grandes litigantes, que envolvia os 10 a 15 maiores litigantes foi inserido na rotina de trabalho da unidade, o que também contribui para o alcance da Meta 3 do CNJ (Estimular a Conciliação).

Comunicou que o CNJ está dinamizando um outro projeto muito similar ao que o TRT-2 realiza trienalmente que é o “Atlas da Conciliação”, iniciado neste Regional e premiado pelo CNJ. Informou que o NUPEMEC-JT2 possui projeto de incentivo a conciliação com processos antigos, realizado diretamente com diretores das Varas do Trabalho, contribuindo com o Indicador de Idade do Acervo e tempo de duração do processo (até 1999). Frisou a importância e o apoio da Secom nos trabalhos realizados.

Em seguida, o Diretor Luiz informou que a unidade está com um projeto para os processos com valores até 20 mil reais, que apresentam alto potencial de conciliação, o que contribui para trazer as pautas para mais próximo. Frisou ainda que entre os dias 23 a 27 de maio acontecerá a Semana Nacional de Conciliação do CSJT. Agradeceu a participação e passou a palavra para o Diretor Márcio Milan.

O Diretor comunicou que nos termos da Resolução CSJT nº 259/2020, o TRT-2 foi eleito Coordenador do Subcomitê Gestor da Estratégia dos Tribunais Regionais do Trabalho



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

de Grande Porte para o biênio atual e que, dentre outras atribuições, este Tribunal representará seus pares junto ao CSJT em relação aos temas vinculados à Estratégia Nacional, Metas e Diretrizes.

Pontuou rapidamente a respeito dos novos desafios institucionais, como a Cultura da inovação, Transformação digital / Serviços digitais, Inteligência Institucional, Inteligência artificial, Parcerias Institucionais e estruturas com foco em construção colaborativa e Priorização de ações considerando entrega de valor.

O Diretor Márcio Milan encerrou sua apresentação com uma mensagem final e passou a palavra para a Desembargadora Tania Bizarro Quirino de Moraes.

A Coordenadora do Comitê despediu-se dos presentes e, nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Para constar, foi lavrada a presente ata.

DESEMBARGADORA TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS
Vice-Presidente Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região
Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão Participativa